



Ofício nº392 /2005/MEC/Mesa Setorial de Negociação

Brasília-DF, 07 de julho de 2005.

Aos Presidentes da FASUBRA e SINASEFE

Senhores Dirigentes,

Reafirmando a orientação do Governo Federal no sentido do estabelecimento de negociação permanente entre o Estado e os servidores públicos federais, o Ministério da Educação vem atuando fortemente no encaminhamento dos pontos acordados com as entidade representativas dos servidores técnico administrativos em educação das Instituições Federais de Ensino- IFE's nas seguintes ações:

1- Definição, encaminhamento e acompanhamento da tramitação do PL que instituiu o Plano de Carreira dos Cargos Técnico administrativos em Educação, bandeira histórica dos servidores e fruto de amplo debate que envolveu entidades representativas e governo no período de maio a setembro de 2004;

2- Criação de Grupo de Trabalho com a participação de entidades sindicais e representantes de dirigentes das IFE's, que atuou, paralelamente á tramitação do PL, na definição de procedimentos para a implantação da Carreira, no período de outubro de 2004 e fevereiro de 2005;

3- Estruturação de regulamentos e instalação das Comissões de Enquadramento e da Comissão Nacional Supervisora, entre outubro de 2004 a março de 2005;

4- Organização de um conjunto de instrumentos necessários á implantação da carreira dentre eles: a criação do Canal/CGGP e da rede de comunicação direta das IFE's com o MEC; a realização de treinamentos regionais para as Comissões de Enquadramento, que viabilizaram o bom êxito do enquadramento e da confecção da primeira folha de pagamento, inclusive o pagamento do retroativo dos meses de março e abril. Período de fevereiro a julho2005;

5- Realização de 3 reuniões da Comissão Nacional Supervisora- CNS que discutiu pontos como: a elaboração de seu regimento interno; a composição da Comissão Interna de Supervisão em andamento; elaboração de proposta de normas para a segunda etapa do enquadramento; elaboração de proposta de Diretrizes Gerais da Carreira,

além de outras demandas relativas a Carreira advindas das Comissões de Enquadramento, no período de março a junho de 2005

6- Manutenção da mesa setorial de negociação permanente.

Diante da necessidade de darmos continuidade às negociações, o MEC propõe um processo de diálogo, no período de julho a setembro, envolvendo outros setores do Governo Federal. Neste sentido, apresentamos as seguintes propostas para a construção de uma agenda de negociação para o segundo semestre de 2005:

1- O MEC propõe a implantação do enquadramento por capacitação e o incentivo a qualificação, com repercussão financeira estimada em R\$250 milhões, a partir de janeiro de 2006. Esta proposta que trata-se do cumprimento da Lei 11 091, será ajustada no período citado, no âmbito do governo, buscando a concordância da área econômica.

2- Estruturação de um grupo de trabalho específico entre o MEC, ANDIFES, e bancada sindical para no prazo de 30 dias apontar soluções para eventuais distorções encontradas na implantação da matriz hierárquica da carreira.

3- Negociação para a ampliação dos benefícios sociais como a concessão do auxílio saúde para os técnicos administrativos em educação.

4- Constituição de um grupo de trabalho para discutir política relativa as terceirização no âmbito das Instituições Federais de Ensino

Em paralelo a esta agenda estaremos dando prosseguimento às atividades da Comissão Nacional de Supervisão da Carreira com a próxima reunião agendada para o dia 27/07 onde serão tratadas as Diretrizes Gerais da Carreira; as atribuições dos cargos, etapa anterior à racionalização dos mesmos, dentre outros.

JAIRO JORGE DA SILVA
Secretário-Executivo-Adjunto
Presidente da Mesa Setorial de Negociação do MEC